



Partido Comunista Português

V ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO LITORAL ALENTEJANO

24 de Junho 2018

**Auditório Municipal António Chainho
Santiago do Cacém**

PCP - Reforçar, Organizar e Lutar!

**Com os trabalhadores e o povo do
Litoral Alentejano.
Democracia e Socialismo.**

PARTIDO COMUNISTA



Partido Comunista Português

**V ASSEMBLEIA DA
ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO
LITORAL ALENTEJANO**

Índice

1. Caracterização do quadro político em que se realiza a V AORLA	3
1.1. As Políticas de Direita e as Consequências na Região.....	3
2. Propostas do PCP para a Região.....	5
2.1. Desenvolvimento económico	5
2.2. Acessibilidades e Transportes	5
2.3. Pescas	6
2.4. Agricultura.....	6
2.5. Saúde e Acção Social	6
2.6. Promover a Educação e a Cultura, construir o Futuro	7
3. As Lutas dos Trabalhadores e das Populações.....	7
3.1. A luta da classe operária e dos trabalhadores	7
4. Movimentos e Organizações de Massas	8
4.1. Movimento Sindical	8
4.2. Juventude.....	9
4.3. Reformados	9
4.4. Mulheres	10
4.5. Comissões de Utentes	11
4.6. Outras Estruturas e Movimentos Unitários	12
5. Acção Institucional e Batalhas Eleitorais.....	12
5.1. Assembleia da República e Parlamento Europeu	12
5.2. Poder Local.....	12
5.3. Batalhas Eleitorais	13
6. Por um Partido mais forte e mais influente na região.....	14
6.1. Organização.....	14
6.2. Estrutura do Partido.....	14
6.3. Resolução do Comité Central de Janeiro 2018	15
6.4. Quadros	15
6.5. Recrutamento:.....	15
6.6. Organização nas empresas e locais de trabalho.....	15
6.6.1. Complexo Industrial de Sines	16
6.6.2. Células dos trabalhadores das Autarquias.....	16
6.6.3. Célula dos Trabalhadores do Hospital do Litoral Alentejano / Saúde	16
6.6.4. Trabalhadores nos Concelhos	16
6.7. Organizações de Freguesia e Locais.....	17
6.8. Fundos do Partido.....	17
6.9. Imprensa do Partido	18
6.10. Informação e Propaganda	19
6.11. Festa do Avante!.....	19

1. Caracterização do quadro político em que se realiza a V AORLA

No período que decorreu da IV AORLA até Outubro 2015, o Governo PSD/CDS continuou com a sua política de exploração e empobrecimento, política nefasta para os trabalhadores e o povo, com ataques brutais aos seus direitos e rendimentos. A esta violenta ofensiva, responderam os trabalhadores, o povo e amplas camadas da população numa luta corajosa que assumiu dimensões e formas diversas isolando social e politicamente o governo PSD/CDS, impondo-lhe uma pesada derrota nas eleições de 4 de outubro de 2015, retirando-lhes 700 mil votos, 25 deputados, desmistificando o mito alimentado pela ideologia dominante que ao invés do que proclamam, as eleições legislativas são para eleger deputados e não para eleger o primeiro ministro.

Foi a luta associada a uma correcta leitura dos resultados eleitorais feita pelo PCP que na noite colocou a questão face à nova arrumação de forças na Assembleia da República *“o PS só não formará governo se não quiser”*. Apesar da resistência do PSD, CDS e contra a vontade do então Presidente da República, Cavaco Silva, foi possível a constituição de uma nova solução política com o PS a formar um governo minoritário, a apresentar o seu programa e iniciar a sua governação.

Passados dois anos e meio desta nova fase da vida política nacional, valorizamos os avanços e conquistas alcançados fruto da luta dos trabalhadores e da acção do PCP, como uma solução com limites, sobre a qual não temos ilusões, mas que permitiu abrir caminhos para a recuperação de direitos e rendimentos roubados e dar resposta às aspirações mais imediatas dos trabalhadores, do povo e da juventude.

É de valorizar alguns aspectos positivos, fruto da luta dos trabalhadores e da acção do PCP, como o aumento do salário mínimo, a reposição das 35 horas para a função pública, exigência que se estende ao sector privado, a devolução dos 4 feriados retirados, o aumento das reformas e pensões, a introdução da gratuidade dos manuais escolares, a travagem das privatizações, eliminação de cortes nos salários e rendimentos entre outros.

Para o PCP estas medidas são ainda insuficientes e muito aquém das reais necessidades dos trabalhadores e do Povo e só com uma política patriótica e de esquerda que rompa com os constrangimentos decorrentes da submissão ao Euro e à União Europeia, bem como à subordinação dos interesses de classe do Grande Capital aos quais o PS continua amarrado, teremos um país verdadeiramente soberano e independente capaz de valorizar a produção nacional e o trabalho, e desenvolver uma política de progresso que vá ao encontro das necessidades dos trabalhadores do Povo e do país.

Cabe aos trabalhadores e ao povo organizarem-se, lutar e exigir um futuro com direitos, num país soberano com mais justiça social.

1.1. As Políticas de Direita e as Consequências na Região

O Litoral Alentejano é um território de importância estratégica no todo nacional e parte integrante do Alentejo. Aqui se localiza o maior complexo energético e petroquímico do país, um relevante porto europeu, o maior de águas profundas em Portugal, e um importante porto de pescas.

Localizam-se na nossa região algumas das maiores empresas do Alentejo, da indústria ao turismo, à hortifruticultura, à produção do arroz, da pinha, da cortiça e da batata doce. Uma região com grande potencial na agricultura, na pecuária e nas pescas.

Este vasto território possui um enorme património cultural, ecológico e paisagístico ainda por potenciar. Desde o centro histórico de Alcácer do Sal, passando pelos arrozais do vale do Sado, vasto montado e enorme frente Atlântica em Grândola, os núcleos museológicos de Santiago do Cacém, ao Castelo de Sines e às praias de Odemira, inúmeras são as actividades que residentes e visitantes poderão realizar e usufruir e que também serão factores de desenvolvimento económico, de criação de emprego, de fixação e aumento populacional.

Uma região com um potencial turístico que cada vez mais pode e deve ser desenvolvido em todas as suas vertentes. Uma região que dá e pode reforçar o seu contributo para a economia nacional, para a criação de emprego com direitos, o que não acontece por falta de planeamento estratégico regional e nacional e por opções políticas marcadamente de classe que têm vindo a favorecer o capital e não o desenvolvimento integrado da região.

Os grandes investimentos turísticos na região, na sua larga maioria da responsabilidade de grandes grupos económicos e financeiros não têm contribuído para apoiar e dinamizar as pequenas e médias empresas nem o comércio tradicional.

Esses grupos económicos e financeiros têm pressionado os agricultores e os orizicultores, nomeadamente no Carvalhal e na Comporta para que abandonem as suas terras pondo, assim, em causa a agricultura familiar e o desenvolvimento do mundo rural.

Portugal, o Alentejo e o Litoral Alentejano em particular são ricos em recursos naturais que estão sub-aproveitados, devido às opções políticas dos governos do PSD/CDS e do PS, e que podem ser motores de desenvolvimento económico, desde que explorados de forma sustentável e em harmonia com a Natureza. Por exemplo, sabendo que os combustíveis fósseis são findáveis, a produção de energia renovável em grande escala (solar, eólica e hídrica, neste caso a partir das ondas do mar) já poderia ser uma realidade. O investimento nesta área melhoraria as condições de vida das populações, na medida em que seriam criados mais postos de trabalho, riqueza e a região podia ser auto-suficiente em energia.

Confrontados com a possibilidade do consórcio Eni/Galp realizar prospecções no alto mar para, caso se confirme, produzir hidrocarbonetos (petróleo e/ou gás natural), que resultou do contrato celebrado em 2007, durante o governo do PS/Sócrates, e que tem o aval do actual governo minoritário do PS ao prolongar a licença de prospecção por mais um ano, sem se avaliar devidamente os riscos ambientais e o impacto nas actividades económicas, tal como o PCP exigiu na Assembleia da República em 2016.

Os concelhos de Sines (desde São Torpes) e de Odemira estão inseridos no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), elemento essencial para promover e garantir a preservação dos ecossistemas e da sua biodiversidade (fauna e flora), mas que limita este grande território essencialmente à actividade agrícola e à pecuária de subsistência e impõe grandes limitações a outras actividades económicas.

As populações destes concelhos também se vêem confrontadas com a dificuldade de obtenção de licenciamento para a construção, reconstrução ou ampliação de habitações, devido à burocracia e às imposições inscritas no Plano de Ordenamento do PNSACV, condicionando e impedindo muitas vezes a fixação de jovens.

Em contraste com as limitações referidas, em que as grandes explorações hortofrutícolas ultrapassam todas as burocracias, grandes grupos económicos têm-se instalado no concelho de Odemira e investido na produção agrícola intensiva, criando milhares de postos de trabalho, no entanto grande parte da riqueza produzida resulta da mão-de-obra barata imigrante, constituindo um grave problema para a região que também não está preparada com as devidas infra-estruturas (habitação, saneamento básico,...) para receber esta população flutuante.

Este tipo de agricultura não se coaduna com este território, uma vez que está inserido num parque natural. A possível contaminação dos solos e dos lençóis freáticos constitui uma grande preocupação, na medida em que a população e as gerações vindouras é que sofrerão as consequências negativas que daí poderão advir.

Nas pescas, ao longo dos anos tem-se assistido ao continuado desmantelamento do sector, fruto da política de direita, conivente com as imposições da União Europeia, aceite pelos sucessivos Governos, pondo em causa este importante sector produtivo.

A defesa do sector da pesca, nomeadamente da pesca local e costeira, é fundamental para a concretização do desígnio da defesa e incentivo à produção nacional.

A este propósito é fundamental garantir condições para a subsistência da actividade nomeadamente na criação e manutenção de infra-estruturas, nos apoios à modernização e revitalização da frota de pesca e na protecção social dos trabalhadores. Em especial no caso da pesca da sardinha, por via da salvaguarda dos *stocks*, há tempos de paragem muito significativos, com os consequentes prejuízos em termos de protecção social.

A precariedade na Doca Pesca em Sines teve um agravamento durante o período de 2012 e 2015, onde se recorreu de forma sistemática a empresas de trabalho temporário como forma de suprir as necessidades. Actualmente foi desbloqueado o processo de contratação de trabalhadores embora tal não resulte na criação de contratos sem termo, já que se pretende recorrer a contratações a termo certo de 6 meses. Em termos de infra-estruturas é necessário concretizar a requalificação deste estabelecimento, quer da lota, quer do posto de vendagem bem como das estruturas de frio.

As políticas nacionais dos sucessivos governos PS, PSD, CDS têm tido consequências negativas na nossa região. Nos últimos anos tem-se assistido ao adiamento e falta de investimento público em importantes infraestruturas, ao encerramento e degradação de serviços públicos, instrumento de concretização de direitos sociais, fundamentais para as populações, para sua fixação e para o desenvolvimento integrado da região.

As dificuldades de emprego, a precariedade e instabilidade laboral, os baixos salários, a desregulação dos horários de trabalho afectam a vida económica e social das famílias, não contribuindo para a vinda de mais jovens, fixá-los na região, conseguir a sua independência económica e financeira, constituir família, invertendo assim o envelhecimento do Litoral Alentejano.

O Serviço Nacional de Saúde, através do hospital e centros de saúde, apresenta dificuldades de funcionamento na resposta às populações fruto do subfinanciamento e desinvestimento.

O encerramento de centros de saúde, a degradação física de alguns edifícios, a ausência de profissionais de saúde resultado da não contratação de médicos e enfermeiros, técnicos, assistentes técnicos e assistentes operacionais não contribui para assegurar os cuidados de saúde necessários à população. É também cada vez mais difícil a resposta dos profissionais de saúde por sobrecarga dos horários de trabalho e não vendo também muitas vezes o seu trabalho e direitos reconhecidos pelo ministério da saúde.

Uma região despovoada, com falta de transportes públicos e horários desfasados das necessidades, com longas distâncias a percorrer, tornam ainda mais grave o acesso aos cuidados de saúde para uma população envelhecida, isolada e com baixas reformas.

A rede de transportes públicos, operada por privados, é cada vez mais diminuta e insuficiente, condicionada ao lucro, dando respostas deficitárias às populações, turistas e visitantes em crescimento na região, pelo corte de carreiras e horários reduzidos.

Alguns projectos estruturantes para a região, nomeadamente na área das acessibilidades e transportes, a ligação da ferrovia de mercadorias Sines- Espanha, o IC33 (Sines, Santiago, Grândola, Évora), o IC4 (Santiago, Sines, Odemira, Lagos) estão por concretizar e o IP8 está por concluir o inicialmente projectado.

As forças de segurança, com o encerramento de alguns postos da GNR e por falta de recursos humanos e meios deixam as populações, cada vez mais desprotegidas e inseguras. Torna-se necessário o reforço dos efectivos e a melhoria das condições de trabalho destes profissionais que muitas vezes recorrem às autarquias para resolução de problemas decorrentes do desinvestimento que se tem vindo a fazer pelos sucessivos governos.

No domínio da educação têm os sucessivos governos encerrado escolas do 1º ciclo, em diversas zonas rurais dos municípios, incluindo sedes de freguesia, que contribuem para o despovoamento, desertificação, e não fixação de novas famílias nessas localidades. Tem sido constante a luta do PCP, das autarquias CDU e das populações em defesa dessas escolas, traço distintivo do nosso projecto e intervenção.

2. Propostas do PCP para a Região

Integradas num projecto de desenvolvimento do Alentejo, o PCP tem propostas concretas para melhorar as condições de vida e de trabalho das populações e contribuir para o desenvolvimento do Litoral Alentejano.

2.1. Desenvolvimento económico

- É necessário concretizar políticas regionais, aproveitando todas as potencialidades e recursos da região de forma equilibrada e sustentável, que contribuam para criar postos de trabalho tendo como áreas fundamentais a agricultura, a pecuária, as florestas, a indústria, o turismo e a pesca.

2.2. Acessibilidades e Transportes

- Melhorar a rede de transportes públicos rodó e ferroviários;
- Investir na manutenção, beneficiação e qualificação da rede rodoviária da região, designadamente do IC1, EN 253 (Alcácer do Sal – Comporta), EN120 (Odemira – S. Luís), entre outras;
- Concluir o IP8/A26 sem portagens;

- Construir o IC4 (Lagos – Sines – Santiago do Cacém) e o seu prolongamento até Alcácer do Sal na denominada “Via Vasco da Gama”;
- Alargar o IC33 até Grândola com prolongamento para Évora;
- Desenvolver uma rede ferroviária de mercadorias e de passageiros, nomeadamente através da construção de uma ferrovia que assegure rápida ligação ao conjunto do país e a Espanha;
- Exigir a reposição do comboio regional.

2.3. Pescas

- Promover políticas de incentivo à renovação da frota pesqueira;
- Promover a diversidade da captura de espécies e promover a valorização da cavala e do carapau;
- Considerar-se para a pequena pesca artesanal, um desconto no preço final da gasolina consumida equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicável ao gasóleo, é uma medida essencial para apoiar estas atividades que, de outra forma, estariam prejudicadas face aos motores a gasóleo, usados sobretudo por embarcações maiores;
- Reforçar os meios, quer humanos ou equipamentos, para fazer um controle rigoroso e com dados científicos consistentes dos *stocks* de pescado e com isto estabelecer de modo sustentado, para o sector e para a manutenção dos recursos os limites de captura, sobretudo no que respeita à pesca do cerco, com destaque para a sardinha, e deste modo não ficar dependente de terceiros;
- Fixar quotas de descarga semanais ao invés de diárias, o que evitaria desperdício de pescado (do que não pode ser descarregado e se perde) e permitiria um aumento de rentabilidade das embarcações, nomeadamente em economia de combustível.

2.4. Agricultura

- Atendendo à importância do armazenamento de água, em particular da água superficial, é necessário reforçar o investimento na ligação do Alqueva às albufeiras do Litoral Alentejano;
- Apoio à construção de charcas e barragens de pequena dimensão;
- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina para ultrapassar o subaproveitamento do potencial de rega por motivos que se relacionam especialmente com a desadequação e conflito entre instrumentos de ordenamento do território;
- Aproveitar a bacia hidrográfica do Sado e garantir a posse pública da água como medida estratégica na defesa da agricultura;
- Exigir uma nova Reforma Agrária que ponha fim ao latifúndio e entregue a terra a quem a trabalhe ou queira trabalhar. Reforma Agrária que assume que a terra tem uma função social e é um instrumento de produção e não de mero instrumento de negócio inserido no processo de acumulação capitalista.
- Apoio à produção regional de arroz, pinhão e batata doce.

2.5. Saúde e Acção Social

- Resolver com urgência os problemas identificados na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), nomeadamente a abertura do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) 24 horas nos centros de saúde desta ULSLA;
- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde primários;
- Aumentar as respostas da rede de cuidados continuados com um reforço significativo na área dos cuidados paliativos;
- Aumentar o número de profissionais de saúde na ULSLA com a contratação mais médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes técnicos e assistentes operacionais, respeitando os seus direitos laborais;
- Aumentar o financiamento do ULSLA, nomeadamente do hospital;
- Exigir o fim das taxas moderadoras;
- Garantir o direito dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna, aumentando as suas pensões e apoios sociais;
- Aumentar a rede de equipamentos públicos que dê respostas diversas a esta faixa etária consoante as suas necessidades (estruturas residenciais para pessoas idosas, centros de dia e apoio domiciliário);
- Apoiar as Cooperativas de Habitação na construção de habitação a custos controlados que ajudem à fixação das populações, nomeadamente jovens;

- Reforçar o financiamento da Segurança Social para melhorar as respostas sociais das IPSS.

2.6. Promover a Educação e a Cultura, construir o Futuro

- Requalificar o parque escolar – assumindo o governo as suas responsabilidades nas escolas do 2º e 3º ciclo / ensino secundário;
- Promover a contratação de mais auxiliares de acção educativa nas escolas da região;
- Apoiar as entidades promotoras de actividades culturais no âmbito do desenvolvimento das suas actividades na área do teatro, música, dança, etc...
- Aumentar e melhorar a rede pública do pré-escolar e creches;
- Promover planos de formação profissional mais adaptados às necessidades da região.
- Ampliar a rede de apoios à infância, criando a par de outras medidas, emprego com direitos, melhores salários e condições para aumentar a natalidade.

3. As Lutas dos Trabalhadores e das Populações

O período que decorreu desde a IV Assembleia de Organização ficou marcado por um lado, pela brutal ofensiva do Governo PSD/CDS contra os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas das populações, contra o regime democrático e as conquistas alcançadas com 25 de Abril e por outro pela nova fase da vida política nacional que ainda com contradições inerentes a um governo do PS, continua amarrado aos interesses do grande capital e submetido aos ditames da União Europeia tem permitido, ainda que de forma insuficiente, a recuperação de direitos e rendimentos dos trabalhadores e das populações com consequências positivas na região.

Neste quadro, a luta dos trabalhadores e das populações, a intervenção dos comunistas no movimento sindical, nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu tem sido e continua a ser determinante na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo para construir uma região mais desenvolvida e com melhor qualidade de vida.

3.1. A luta da classe operária e dos trabalhadores

A violenta ofensiva levada a cabo pelo governo PSD/CDS ao serviço do grande capital, teve como o principal alvo a classe operária e os trabalhadores com retirada de direitos laborais e sociais e a intensificação da exploração.

A esta brutal ofensiva, a classe operária e os trabalhadores deram uma cabal resposta, desenvolvendo um poderoso, corajoso e determinado processo de luta que assumiu diversas expressões como manifestações, concentrações, greves seja nas empresas e locais de trabalho ou nas ruas.

São de destacar as comemorações do 25 de Abril e em particular do 1º de Maio e as manifestações regionais em Sines, as manifestações da Interjovem e CGTP-IN de comemoração do Dia Nacional da Juventude, o Dia Internacional da Mulher, e as acções convocadas pela CGTP-IN em 2013 a Jornada Nacional de Acção e Luta a 14 de Fevereiro, a Manifestação a 6 de Junho, a Greve Geral de 27 de Junho, a “Marcha por Abril” na ponte 25 de Abril e também no Norte sobre o Douro a 19 de Outubro, as acções a 1 e 26 de Novembro em frente à Assembleia da República; em 2014 a Manifestação em Lisboa a 21 de Junho, o Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta a 13 e a Jornada Nacional de Luta entre 21 e 25 em Novembro; em 2015 as concentrações por todo o país a 7 de Março; em 2016 as semanas de luta em Março e em Setembro; em 2017 as manifestações nacionais de 3 de Junho e de 18 de Novembro em Lisboa.

Estas iniciativas convergentes deram força à determinante e decisiva acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho ou sectoriais, onde no Litoral Alentejano se destacaram a luta dos trabalhadores da Petrolgal (com greves e concentrações) em defesa da contratação colectiva, a luta dos trabalhadores da Manutenção da Petrolgal contra a precariedade e pelo aumento dos salários e em particular a manifestação em Lisboa em defesa dos seus postos de trabalho de Fevereiro de 2017 com resultados positivos, a luta dos trabalhadores da APS com a greve de Março que paralisou o Porto de Sines, a luta dos enfermeiros nomeadamente as greves e em particular as concentrações em Outubro de 2017 e em Abril de 2018 em frente ao HLA, as várias acções de luta (com greves e manifestações) dos trabalhadores da administração local entre outras.

Toda a luta se desenvolveu sob uma enorme pressão, chantagem e imposição do medo, muitas vezes com os trabalhadores em situação de precariedade laboral, mas com coragem e determinação e acima de tudo organização, os trabalhadores deram passos em frente na luta.

Uma luta que trouxe resultados, ainda que limitados, mas que têm de ser valorizados porque nada foi oferecido, tudo foi conquistado, como a reposição das 35 horas, descongelamento das carreiras e a regularização dos vínculos precários para os trabalhadores da administração pública, com grande destaque para a acção dos trabalhadores da administração local que conquistaram também os 25 dias de férias, ou o despedimento colectivo de 250 trabalhadores da manutenção da Petrogal que foi travado pela acção desses mesmos trabalhadores que ainda conseguiram aumentos de salários em média de 300 euros.

Apesar de derrotados PSD e CDS, e da nova fase da vida política nacional e dos seus avanços, as práticas e objectivos do patronato mantêm-se, procurando garantir o poder conquistado, impedindo a recuperação de direitos e rendimentos.

Será sempre nas empresas e locais de trabalho que a classe operária e os trabalhadores, reforçando as suas estruturas representativas e a luta, elevarão a sua consciência política e de classe e darão passos decisivos na defesa da contratação colectiva, no combate à precariedade e desregulação dos horários, nas 35 horas (incluindo o sector privado), no aumento dos salários, derrotando a política de direita e abrindo caminhos para a conquista de novos avanços.

4. Movimentos e Organizações de Massas

4.1. Movimento Sindical

O Movimento Sindical Unitário continua a ser a força social determinante, a única verdadeiramente representativa dos trabalhadores e com capacidade de organização, mobilização e dinamização da luta de massas, contra o grande capital e a política de direita, pelo progresso em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

Os Comunistas dirigentes e activistas sindicais tem um papel decisivo na defesa da unidade e organização dos trabalhadores na luta em defesa e pela conquista de novos direitos e rendimentos, no combate ao divisionismo e às tentativas de desvirtuamento das características e da natureza do Movimento Sindical Unitário.

É necessário que se dê combate a qualquer tentativa divisionista e ou oportunista no seio do Movimento Sindical Unitário, onde os comunistas têm de ter um papel activo e decisivo na salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do projecto da CGTP-IN.

São ainda orientações para a intervenção dos comunistas no fortalecimento do Movimento Sindical Unitário:

- O desenvolvimento da acção e luta reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, em defesa de direitos, pelo combate à precariedade, pelo aumento dos salários, contra a desregulação dos horários de trabalho e pela sua redução, tendo em vista as 35 horas para os vários sectores, em defesa da Contratação Colectiva e pelo tratamento mais favorável ao trabalhador, por condições de trabalho entre outras;
- Estimular e assegurar estilos de trabalho que privilegiem a acção integrada, quer para o reforço da sindicalização e organização, com a eleição de delegados sindicais e representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho e a sua integração, quer para o desenvolvimento da acção reivindicativa.

A União Local de Sindicatos de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal, elegeu uma nova direcção, ganhou nova capacidade e dinâmica na coordenação da luta e da acção sindical integrada. É necessário continuar a aprofundar e potenciar o trabalho da União Local, mas para isso, os sindicatos nela representados necessitam de uma maior disponibilidade de meios e quadros.

O Litoral Alentejano tem características e particularidades que se reflectem quer nas enormes potencialidades, quer nas dificuldades e insuficiências. Realidade que importa ter em conta na intervenção do conjunto do colectivo partidário, com relevo para os membros do Partido, dirigentes e activistas sindicais no sentido do reforço do movimento sindical unitário, da sindicalização e organização sindical de base com relevo para os sectores industriais, do comércio e serviços, agricultura e alimentação, hotelaria, pescas e na função pública.

Com os investimentos previstos no Complexo Industrial, a ampliação do Porto de Sines, a abertura de várias unidades industriais, nomeadamente na ZIL de Grândola com o surgimento da indústria aeronáutica, e os vários investimentos turísticos de média e grande dimensão, o Litoral Alentejano terá no futuro próximo um crescimento significativo de postos de trabalho e trabalhadores, alargando o campo de intervenção e influência do Movimento Sindical onde para isso se impõem medidas concretas e o contributo dos comunistas.

4.2. Juventude

A juventude tem um papel determinante no desenvolvimento da sociedade mas são muitas as dificuldades com que os jovens do Litoral Alentejano, assim como no panorama nacional, se deparam: a precariedade e os baixos salários, o desemprego e os ataques à contratação colectiva, a destruição da Escola de Abril e a elitização do ensino.

Na região há um elevado número de jovens desempregados sem qualquer protecção social, ou vítimas de discriminação no que toca à duração dos subsídios de desemprego e social de desemprego, sendo que muitos ainda se encontram à procura do primeiro emprego e são muitas vezes estes os motivos para deixar a região e até emigrar;

Há Centenas de jovens a trabalhar no Complexo Industrial de Sines assim como nas grandes superfícies comerciais em situação precária, horários desregulados, a realizar horas extras mal pagas e com salários baixos face às funções desempenhadas.

Com todos estes constrangimentos laborais, o acesso à primeira habitação torna-se muito difícil, pois comporta elevados custos, condicionando também a constituição de família.

Os jovens estudantes vêem-se confrontados diariamente com a dura realidade da paulatina destruição da Escola Pública de Abril, pilar fundamental da nossa democracia.

Entre outros aspectos que estão a dificultar a vida dos estudantes da região, destacamos a degradação física das escolas; a acção social escolar enfraquecida; o elevado número de alunos por turma; a falta de oferta de actividades extra-curriculares que permitam aos jovens desenvolver a criatividade e projectos pessoais; a carga horária excessiva e matérias extensas, desinteressantes e demasiado teóricas em prejuízo da prática.

O movimento estudantil no Litoral Alentejano, tal como no país, ficou bastante limitado com a entrada em vigor da alteração ao Estatuto do Aluno em 2008, sendo que todos os poderes estão concentrados no director que pode impedir a realização de concentrações de estudantes, a distribuição de propaganda política, a realização de Reuniões Gerais de Alunos (RGA) ou a constituição de Associações de Estudantes.

A realização de exames no 9º, 11º e 12º anos põem em causa a avaliação contínua, agravam as desigualdades sócio-económicas e elitizam o acesso ao ensino superior.

Motivações ideológicas e economicistas estão a empurrar precocemente e cada vez mais os estudantes para cursos profissionais, afastando-os do ensino superior e transformando-os em mão-de-obra barata que será explorada pelo grande capital.

Terminado o ensino secundário, os jovens deparam-se com o facto de não existir um pólo de ensino superior público no Litoral Alentejano. Assim, para continuar a sua formação os jovens são obrigados a deixar a região por um período da sua vida.

Este é o Partido da Juventude, pelo seu projecto e ideal, pela sua história, pelo seu presente e pelo seu futuro, pelo sonho que transporta e constrói todos os dias. Desta forma a juventude deve constituir uma prioridade para a direcção da organização regional, numa articulação do Partido com a JCP.

Devem ser acompanhados de perto os problemas dos jovens, recrutar e reforçar a organização, responsabilizar quadros para que seja possível um rejuvenescimento do Partido no Litoral Alentejano pois "a juventude é a chama mais viva da Revolução".

4.3. Reformados

A luta determinada dos reformados impediu a continuação do roubo nas pensões e direitos, contribuiu para derrotar o governo PSD/CDS-PP e criar uma nova correlação de forças na Assembleia da República.

É necessário transmitir confiança na justeza da luta dos reformados, pensionistas e idosos pela reposição dos seus rendimentos e dos seus direitos conquistados após uma vida de trabalho, a produzir riqueza para o País e efectuando os descontos exigidos para a Segurança Social.

Não podemos aceitar a situação social resultante da política de baixas pensões, de baixa protecção social dos que se encontram doentes e em situação de dependência.

É preciso defender e assegurar o sistema da Segurança Social universal e público que assegure a todos os direitos à protecção social, nomeadamente na invalidez, velhice e situação de dependência, lutando pela diversificação das respectivas fontes de financiamento.

Estabelecer como prioridades de acção no imediato a recuperação de rendimentos e direitos, o combate à pobreza entre os idosos e a garantia de pensões visando condições de vida dignas.

Hoje o acesso aos cuidados de saúde é cada vez mais difícil, a percentagem dos custos financeiros suportados pelos cidadãos, pelos cuidados de saúde prestados, é dos mais elevados da OCDE.

A luta dos reformados, pensionistas e idosos tudo fará para defender junto do poder político a reposição da qualidade de vida, pela melhoria do Serviço Nacional de Saúde, exigindo:

- O reforço dos serviços públicos de saúde da rede de cuidados primários, com enfermeiros e médicos de família, como garantia da qualidade dos serviços, mais próximos da comunidade e integrando a rede de cuidados integrados e paliativos;
- A abolição das taxas moderadoras;
- A comparticipação a 100% à medicação das pessoas idosas portadoras de doenças crónicas;
- A aplicação do Programa de Saúde para as pessoas idosas.

Estas são as causas que justificam o aumento significativo de mortes verificadas nestes últimos anos, o caos instalado nos Serviços de Urgência, as taxas moderadoras elevadas que oneram os custos de saúde, as longas listas de cidadãos, pela madrugada, para obterem a inscrição numa consulta, centenas de manifestações públicas dos cidadãos que reclamam a falta de médicos, o elevado custo na aquisição de medicamentos e outros aspectos que são o reflexo da degradação do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

Contudo, verificamos que nesta frente de trabalho, muito falta fazer na região do Litoral Alentejano, sendo necessário:

- criar em cada concelho as Células de Reformados do Partido;
- Sempre que há eleições para os Órgãos Sociais, o Partido tudo deverá fazer para que sejam apresentadas Listas Unitárias para concorrer às respectivas eleições e estimular a criação de Associações de Reformados onde não existam;
- alargar o número de militantes a contribuir para o reforço de trabalho do Partido junto dos reformados com a criação de células de reformados, no fortalecimento de organismos com camaradas com tarefas unitárias nessa frente, na valorização da experiência e disponibilidade de quadros reformados para o trabalho geral do Partido.

Conscientes de que é na política patriótica e de esquerda do PCP que se defendem os direitos dos reformados, pensionistas e idosos, que serão dadas respostas adequadas ao direito a envelhecer com direitos, num País mais justo e soberano para todas as gerações de portugueses.

4.4. Mulheres

As mulheres estão, no Litoral Alentejano como no País, sujeitas a um processo de intensificação da exploração, agravada pela precariedade dos vínculos laborais, pela penalização pela maternidade e pelo agravamento das dificuldades de conciliação da vida familiar e profissional, provocado pela crescente desregulação dos horários de trabalho.

Elas são, no Litoral Alentejano, mais de metade da população, cerca de metade da população em idade activa e cerca 44% da população empregada (INE 2011). Constituem 45% dos trabalhadores por conta de outrem.

Em alguns sectores as mulheres são claramente maioritárias (80% ou mais), como são os casos da educação, da saúde, das actividades de apoio social. As mulheres são mais de 70% dos trabalhadores da restauração, entre outros sectores. São cerca de 30% dos trabalhadores na agricultura e 13% dos trabalhadores na indústria.

No Litoral Alentejano, continuam a ganhar, em média, menos 20% que os homens e as mulheres são 60% das pessoas com mais de 65 anos e as pensões mantêm valores médios em torno dos 300€.

A violência doméstica continua a ser um flagelo que afecta principalmente as mulheres. Nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines foram identificados, desde 2012, 198 casos de violência doméstica, 143 deles sobre mulheres, 44 sobre crianças e jovens e os restantes sobre homens.

Nos cinco municípios do Litoral Alentejo nenhuma das presidências de Câmara é exercida por mulheres, são 30% as mulheres vereadoras e não chegam a 20% nas presidências das Juntas de Freguesia. É nas Assembleias Municipais, com 52%, que as mulheres estão mais representadas.

A imposição de uma quota visa criar a ilusão de que, existindo mais mulheres nas listas a eleições, automaticamente, as mulheres passam a estar melhor representadas e a ver defendidos os seus direitos, independentemente do posicionamento ideológico de quem é eleita.

O PCP continuará a trabalhar para aumentar a participação das mulheres na vida política, e para tal não precisamos de quotas impostas por lei, como a história da participação das mulheres na luta, no Partido e na sociedade tem mostrado, com propostas que ainda hoje corporizam a estrutura legislativa nacional em matéria de igualdade efectiva e não de igualdade no papel.

O Dia Internacional da Mulher é um dia assinalado em todos os concelhos e globalmente sentido pela população. Os esforços para a sua comercialização e esvaziamento pelo capital devem merecer a atenção dos comunistas e todos os que combatem contra a exploração e pelos direitos das mulheres, nomeadamente no que respeita ao seu contributo para a formação da consciência dos direitos das mulheres e para a denúncia das situações de discriminação.

A celebração do Dia Internacional da Mulher tem, nos últimos anos, sido marcada pela realização da Manifestação Nacional de Mulheres, na qual o Litoral Alentejano tem tido uma importante participação, embora com grandes disparidades entre municípios. Disparidades que decorrem das diferenças no desenvolvimento do movimento unitário de mulheres.

As mulheres devem participar mais nos organismos do Partido. Há que discutir nas organizações a forma de responsabilizar mais mulheres para as diferentes frentes de trabalho.

Importa, também, encarar a mobilização e organização das mulheres para a sua luta específica e para a luta mais geral como uma frente de trabalho do Partido, na qual se integra o trabalho na frente unitária, discutindo-a, responsabilizando camaradas pelas suas diferentes tarefas, abordando colectivamente as suas dificuldades e garantindo o necessário controlo de execução das decisões tomadas e das tarefas distribuídas.

A luta mais geral do povo e dos trabalhadores exige a participação alargada e empenhada das mulheres.

As mulheres têm problemas específicos que potenciam a mobilização de diversas camadas sociais em torno de questões concretas, camadas a que o envolvimento na luta das mulheres possibilita a consciência da sua situação.

Neste contexto, assume particular relevância o reforço das componentes mais organizadas e combativas do movimento das mulheres, designadamente do Movimento Democrático de Mulheres.

4.5. Comissões de Utentes

As Comissões de Utentes são a par do Movimento Sindical Unitário, as duas frentes com mais importância aqui no Litoral Alentejano.

Destacamos algumas das lutas travadas aqui na nossa região pela defesa dos Serviços Públicos e das Acessibilidades com resultados concretos:

- Travámos a tentativa de privatização do Serviço de Urgência do Hospital do Litoral Alentejano (HLA);

- Lutámos contra encerramento da Unidade de Convalescença e da Unidade de Cuidados Paliativos do HLA e durante mais de 10 anos lutámos pela ampliação do Serviço de Urgências;
- Lutámos durante mais de 30 anos pela construção do novo Centro de Saúde de Sines e pelas novas Extensões de Saúde de Alvalade-Sado e do Torrão;
- Lutámos pela aplicação da Resolução da Assembleia da República na reabertura da Extensão de Saúde do Canal Caveira, e também pela reabertura do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Grândola, 24 horas. Embora só conseguindo a reabertura da Unidade de Canal Caveira continuamos a lutar pela reabertura do SAP de Grândola e contra as tentativas da direcção do Centro de Saúde de reduzir o seu horário de atendimento actual;
- Lutámos contra o encerramento dos Tribunais e valorizámos a reabertura do Tribunal de Sines, embora ainda que a funcionar de forma insuficiente;
- Lutámos durante mais de 8 anos pela reparação do Itinerário Complementar nº1 (EN5/EN120), com diversas Acções de Luta, numa delas uma Marcha Lenta Automóvel em que estiveram envolvidas mais de 500 viaturas. Tendo por isso retirado este troço de estrada da Parceria Público-Privada e revertido para o Estado, bem como o lançamento do concurso público para o início das obras;
- Lutámos por melhores transportes públicos, contra a extinção do comboio regional e pelo reforço das carreiras rodoviárias.

Estas lutas foram exigentes e por isso precisamos de criar mais Comissões de Utentes, como por exemplo no Concelho de Odemira. Sendo uma tarefa prioritária necessitamos de envolver mais Camaradas e Amigos e também devemos de assegurar uma actividade regular das Comissões existentes.

4.6. Outras Estruturas e Movimentos Unitários

As Associações de Agricultores e o Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores, o movimento do MPME (Micro, Pequenos e Médios Empresários), o Movimento Associativo e Popular (Colectividades de recreio, cultura e desporto), Associações Humanitárias, bem como outras de solidariedade social têm uma grande importância na nossa região. Outras, sendo igualmente importantes, instituições como o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e a União de Resistentes Anti-Fascistas Portugueses (URAP) têm menos actividade.

Na região precisamos de um movimento associativo e popular mais activo e interveniente. Há associações onde temos militantes do Partido, mas não há um trabalho organizado. Outras há, onde não há militantes do Partido, mas em todas elas o Partido precisa de organizar e intervir para aumentar a sua influência social e política.

5. Acção Institucional e Batalhas Eleitorais

5.1. Assembleia da República e Parlamento Europeu

Os deputados comunistas têm sido os principais defensores dos interesses do país e da região com intensa actividade (visitas, encontros, debates com associações e instituições), quer seja apresentando propostas em várias áreas quer seja na denúncia dos problemas, colocando sempre na defesa do interesse das populações do Litoral Alentejano. Foi o que aconteceu nas Jornadas Parlamentares no Litoral Alentejano, também com a participação dos deputados no Parlamento Europeu, nos dias 7 e 8 de Junho 2018, em que se realizaram um conjunto de reuniões, visitas e encontros com instituições, associações e populações, que permitiram um conhecimento mais aprofundado dos problemas do Litoral Alentejano e que se traduzirão num conjunto de propostas e iniciativas do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

5.2. Poder Local

No período entre Assembleias da Organização Regional do Litoral Alentejano o Poder Local Democrático foi sujeito a um ataque e programa de subversão das suas características fundamentais, com um ataque sem precedentes à sua autonomia política, administrativa e financeira, traduzindo-se num Poder Local mais empobrecido na sua dimensão democrática e numa limitação de meios e recursos capazes de assegurar as aspirações e interesses das populações. Processo esse que também levou à extinção de freguesias.

Os cortes nas transferências financeiras, as restrições ao crédito, a imposição da Lei dos Compromissos e da redução do número de trabalhadores, o condicionamento de recrutamento de trabalhadores afectaram gravemente a qualidade do

serviço público, que só não foi mais afectado graças à intervenção do PCP e da CDU com o seu projecto autárquico distinto.

A afirmação do projecto autárquico do PCP e da CDU como grande força no Poder Local constitui um eixo prioritário de intervenção política. Em maioria ou minoria, os eleitos comunistas e da CDU que estiveram com as populações e trabalhadores nas suas reivindicações, nomeadamente na defesa do Serviço Nacional de Saúde pelo reforço de mais médicos, enfermeiros e auxiliares de saúde, pelo pleno funcionamento dos Centros de Saúde e SAP 24H, contra o encerramento de escolas, contra a extinção de freguesias, o encerramento dos terminais rodoviários de Grândola e Sines, contra o esvaziamento de competências de tribunais e o seu encerramento, na luta pela melhoria das acessibilidades rodo e ferroviárias (ex: IC1), em defesa dos postos dos CTT, entre outros serviços públicos, mas também apresentando propostas para o desenvolvimento dos concelhos e das freguesias.

Foram as autarquias da CDU que tiveram um papel decisivo a par da luta dos trabalhadores na reposição do horário de trabalho, pela reposição dos 25 dias de férias, no descongelamento das carreiras, na regularização de muitos vínculos precários. Foram e são os eleitos da CDU que valorizam o trabalho prestado pelos trabalhadores, que incentivam à participação da população nas opções autárquicas e que contactam regularmente com a população nas visitas às freguesias e reunindo com instituições e movimento associativo.

Os autarcas da CDU, em maioria ou minoria, têm dado corpo à consigna Trabalho, Honestidade e Competência, lutando conjuntamente com as populações por melhores condições de vida, pela concretização das suas aspirações e pelo progresso económico e social das suas freguesias e municípios.

O prosseguimento e aprofundamento deste trabalho, em maioria e minoria, implica também um reforço do trabalho de direcção não só da Direcção Regional, mas também das Concelhias e Freguesias. Para isso torna-se indispensável:

- Que assumamos a frente de trabalho das autarquias como uma prioridade;
- Que os eleitos comunistas se insiram no trabalho colectivo do Partido, nomeadamente através de estruturas e organismos específicos, não só a nível concelhio, mas também a nível das freguesias;
- Que os eleitos comunistas tenham participação constante e activa nas iniciativas nacionais, regionais, concelhias e de freguesia do Partido, convivendo, ouvindo e discutindo a realidade concreta da organização do Partido;
- Reactivar a Coordenadora da Autarquias e assegurar o seu regular funcionamento bem como outros organismos de eleitos quer a nível concelhio ou de freguesia;
- Assegurar o cumprimento estatutário dos eleitos comunistas de não serem beneficiados nem prejudicados no exercício das suas funções.

É com o reforço do Partido, a participação e intervenção dos eleitos comunistas na vida do Partido, a par de uma concreta definição de estratégia e do projecto distintivo da CDU que assegurará no futuro o reforço das actuais maiorias, mas também novas presidências de Câmara e Juntas de Freguesia.

5.3. Batalhas Eleitorais

Entre a IV e V AORLA realizaram-se cinco eleições: Autárquicas 2013, Parlamento Europeu 2014; Legislativas 2015, Presidenciais 2016 e Autárquicas 2017, todas elas com fortes ataques políticos e ideológicos ao PCP e à CDU.

Em todas elas o Litoral Alentejano deu um importante contributo para o resultado nacional da CDU.

Nas Eleições Autárquicas de 2013 a CDU ganhou ao PS as Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e Grândola, obtendo assim a presidência da maioria das Câmaras Municipais do Litoral Alentejano, reforçando as posições nas Assembleias Municipais e aumentando as presidências das Juntas de Freguesia.

Nas Eleições Autárquicas de 2017, no contexto nacional em que estas se realizaram, a CDU obteve no Litoral Alentejano um importante resultado eleitoral. A CDU apesar da perda de três Juntas de Freguesia (Torrão, Alvalade e S. Luís), manteve as suas maiorias nas Assembleias Municipais e não só manteve as presidências das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém como obteve a maioria absoluta da Câmara Municipal de Grândola.

Nos próximos anos teremos mais quatro actos eleitorais: Parlamento Europeu 2019, Legislativas 2019, Presidenciais 2020 e Autárquicas 2021. Todas eles vão exigir um grande empenhamento político, um enorme esforço financeiro, de

quadros e eleitos do PCP no esclarecimento e mobilização da população para o voto na CDU, para reforçar a sua votação, eleger mais deputados na Assembleia da República e Parlamento Europeu e mais eleitos nas Autarquias.

6. Por um Partido mais forte e mais influente na região

De um breve balanço da actividade entre a IV e V AORLA, em que se realizaram um vasto conjunto iniciativas locais, regionais e nacionais, das quais apenas destacamos pelo seu significado e alcance político as comemorações do centenário de Álvaro Cunhal, do centenário da Revolução de Outubro, dos 200 anos do nascimento de Karl Marx, dos 40 anos do 25 de Abril, dos 40 anos do 1º de Maio em liberdade, dos 40 anos da Constituição da República, dos 40 anos da Reforma Agrária, dos 40 anos do Poder Local Democrático as várias campanhas nacionais do Partido, como a campanha contra a precariedade “Mais Direitos, Mais Futuro – Não à Precariedade”, a campanha de difusão e venda do Avante e a campanha de fundos para a aquisição da Quinta do Cabo, a Organização Regional deu uma resposta muito positiva. Assumimos que apesar das dificuldades e sem as subestimar a Organização Regional assumiu no fundamental as suas responsabilidades e deu resposta às principais tarefas que nos foram colocadas com empenho de muitos militantes e contribuição de muitos amigos do Partido.

Os objectivos e projecto que o nosso Partido apresenta para a Classe operária, trabalhadores e o povo português, são indissociáveis do reforço do PCP nomeadamente no Litoral Alentejano, quer a nível político, ideológico, eleitoral e orgânico. Só com mais intervenção, acção política, luta e estruturação a par de mais recrutamento e enquadramento de novos militantes, estaremos em condições de dar resposta às exigentes tarefas e objectivos que temos pela frente, rompendo com a política de direita abrindo caminhos à política alternativa patriótica e de esquerda, parte constitutiva da Democracia Avançada os Valores de Abril no Futuro de Portugal etapa para a construção do Socialismo e do Comunismo.

6.1. Organização

Segundo os dados de balanço de organização de 2017, a Organização Regional do Litoral Alentejano conta com 1521 militantes com ficha actualizada. Comparativamente à IV AORLA há uma redução de 63 militantes e diminuiu o número de fichas por actualizar de 1178 para 1020, no âmbito da campanha de 2014.

Quanto à composição social, 363 são operários industriais (23,9%); 311 são operários agrícolas e pescadores (20,4%); 456 são empregados (30%); 94 são quadros técnicos e intelectuais (6,2%); 28 são agricultores (1,8%); 82 são PME's (5,4%); 17 são estudantes (1,1%); e 170 são outros (11,2%). Não há alterações significativas na composição social da organização.

Quanto à composição etária verifica-se que não há militantes com menos de 20 anos; entre 21 e 30 anos são 35 (2,3%); entre 31 e 40 anos são 125 (8,2%); entre 41 e 50 anos são 158 (10,4%); entre 51 e 64 anos são 378 (24,9%); e com mais de 64 anos são 825 (54,2%). Verifica-se um envelhecimento da organização. São reformados 707 militantes, 46,5% da organização.

6.2. Estrutura do Partido

A estrutura do Partido na região assenta numa Direcção Regional com 2 organismos executivos, o Executivo e o Secretariado; 5 Comissões Concelhias; 11 organizações de freguesia e locais; 8 células de empresas; o organismo intermédio para o complexo industrial e portuário de Sines; a Coordenadora Regional para as autarquias; 15 organismos nos concelhos para o trabalho autárquico; 3 organismos para o trabalho sindical; as Coordenadoras para a Festa do *Avante!*, para o trabalho com os reformados; a coordenadora das Comissões de Utentes; e a comissão regional de fundos.

Ainda que com diferenças de funcionamento entre organizações, organismos, e comissões tem-se assegurado o fundamental do trabalho de direcção e organização. Embora subsistam dificuldades e insuficiências no trabalho de direcção e na militância, foi desenvolvida uma intensa actividade política, uma intervenção junto dos trabalhadores e das populações, sobre os problemas concretos, respondendo às suas reivindicações, interesses e aspirações. Foram divulgadas as propostas do Partido para a região, articulando o trabalho de massas com a actividade parlamentar, o trabalho nas autarquias e intervindo nas batalhas eleitorais.

A par das potencialidades e possibilidades para reforçar a organização do Partido e aprofundar a ligação aos trabalhadores e ao povo da região, persistem fragilidades nas organizações, no seu funcionamento, na intervenção

política e social e na capacidade de acção e iniciativa política. São realidades que afectam grande parte da estrutura do Partido e exigem uma discussão aprofundada em todas as organizações e organismos de direcção, concelhias, células de empresas e organização por local de residência com o objectivo de no quadro de orientação geral do Partido, envolvendo mais os militantes e os quadros do Partido, pondo a funcionar regularmente as organizações com mais capacidade de intervenção e iniciativa própria.

6.3. Resolução do Comité Central de Janeiro 2018

O Comité Central do PCP aprovou em Janeiro 2018 uma importante resolução política sobre o reforço do Partido, das quais se destacam como tarefas imediatas, para as quais e pela sua importância e significado o conjunto dos quadros e colectivo partidário devem centrar a sua atenção:

- Desenvolver e concretizar a campanha dos 5000 contactos com trabalhadores por conta de outrem (que no caso da ORLA são 200), contribuindo assim para o reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho;
- Desenvolver e ampliar a entrega do novo cartão do Partido, contactando com centenas de membros do Partido, contribuindo assim para o alargamento da militância e a recolha da quotização e o seu aumento e a ampliação da rede de venda do Avante;
- Reforçar o recrutamento de novos membros, com a sua integração em organismo, o aumento da militância e a responsabilização de mais quadros.

6.4. Quadros

São o elemento central e decisivo na estrutura do Partido e para o desenvolvimento do trabalho do Partido, para a dinamização das organizações e do seu funcionamento, da sua intervenção política e na sua ligação às massas.

Tem havido responsabilização de quadros, mas muito aquém das necessidades para as respostas à situação política que estamos a viver e que é muito exigente ao conjunto das tarefas e realizações do Partido.

A responsabilização de mais quadros, com condições políticas e ideológicas, com capacidade de intervenção e a descentralização de tarefas é uma exigência e uma necessidade que se impõe em todas as organizações do Partido. Numa situação em que temos menos quadros a tempo inteiro e sem perder a perspectiva de ter mais quadros funcionários, é preciso responsabilizar cada vez mais quadros não funcionários, dar-lhes formação política e ideológica, integrá-los nos organismos do Partido e ajudá-los no desenvolvimento do trabalho de direcção e organização e na concretização das suas tarefas.

6.5. Recrutamento:

Recrutar mais militantes para o Partido é uma necessidade e as possibilidades existem tendo em conta o prestígio do Partido, a sua influência social e política junto dos trabalhadores e dos democratas.

No período que decorre entre a IV e V AORLA recrutámos 145 novos militantes, aquém do que era possível e insuficiente para compensar a perda de militantes, sobretudo por falecimento e perda de contacto. As dificuldades surgem muitas vezes por falta de audácia e determinação nesta tarefa, por ausência de discussão nos organismos do Partido e de um trabalho mais dirigido, responsabilizando quadros para esta tarefa decisiva para o futuro do Partido.

Recrutar mais e de forma orientada, particularmente para os trabalhadores, jovens e mulheres é uma prioridade que deve ser assumida por todas as organizações.

6.6. Organização nas empresas e locais de trabalho

A organização nas empresas e locais de trabalho é uma tarefa prioritária de todo o Partido, atendendo às características essenciais da identidade comunista, somos o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, e é nas empresas e locais de trabalho que se dá o principal confronto de classes, onde os trabalhadores adquirem consciência política e de classe. É nas empresas e locais de trabalho que os trabalhadores se organizam e lutam pela resolução de problemas concretos em defesa dos seus direitos e pela melhoria das suas condições de vida.

A célula de empresa é a mais importante organização base do Partido, é lá onde se organizam os comunistas, onde se discute a realidade concreta de cada empresa, os problemas dos trabalhadores, a acção política do Partido, o aumento da sua influência junto dos trabalhadores e o desenvolvimento da luta.

São muitos os passos que podem e devem ser dados nesta tarefa prioritária para reforçar a organização do nosso Partido nesta tarefa prioritária. É preciso libertar quadros, definir as empresas e locais de trabalho prioritários, olhar para o

ficheiro do Partido e vemos onde temos camaradas, tentar perceber a realidade dessas empresas e apontar linhas de intervenção concretas para reforçar a organização e intervenção do Partido.

Na nossa Organização Regional, o Complexo Industrial e Portuário de Sines, as células dos trabalhadores das autarquias e do Hospital do Litoral Alentejano são as nossas grandes prioridades. Precisamos, contudo, de dar mais atenção ao comércio e serviços e às zonas industriais em cada concelho, tal como à hotelaria e alimentação, agricultura e administração pública.

6.6.1. Complexo Industrial de Sines

O Complexo Industrial de Sines é o maior e principal pólo de concentração de operários e trabalhadores na nossa região e onde estão instaladas empresas de grande relevância estratégica para a economia regional e nacional e por isso é a prioridade da nossa intervenção.

Todos os passos que foram dados em frente sendo muito importantes são ainda insuficientes. Precisamos de consolidar e fazer crescer as células da Refinaria de Sines da Petrogal e da Administração do Porto de Sines (APS) que passaram a reunir com regularidade. É necessário reactivar as células da Repsol e da PSA Terminal XXI, e também prioritário criar a célula da EDP. Com outro grau de prioridade temos que criar as células da Euroresinas, da REN, da Idorama ex Artlant, e da CLT. Têm-se feito plenários com regularidade permitindo a camaradas que não têm célula poderem ter discussão colectiva entre outros aspectos.

Foi ainda este ano reactivado o organismo de direcção para o trabalho do Partido no Complexo Industrial de Sines com 5 camaradas e o organismo para o SITE-Sul.

Sobre a Imprensa foi criada uma ADE com 9 Avantes para esta organização e foram responsabilizados 2 camaradas por esta frente de trabalho e salientar que com alguma regularidade realizamos vendas especiais do *Avante!* junto dos trabalhadores com vendas significativas.

Relativamente à quotização, há mais camaradas a pagar regularmente a sua quota.

Ao nível da propaganda temos um boletim para o Complexo Industrial de Sines, e as células da Refinaria da Petrogal e da APS têm ambas um boletim próprio. Foram ainda feitos documentos próprios para o sector portuário e para outras empresas sobre questões concretas, além da propaganda central que é também distribuída.

6.6.2. Células dos trabalhadores das Autarquias

Existem centenas de militantes comunistas que trabalham nas autarquias, pois estas são as maiores entidades empregadoras em muitos concelhos. É prioritário que estes estejam organizados a partir do local de trabalho. Foram dados passos na reactivação das células das autarquias em Alcácer do Sal, Grândola e Sines. É importante também que se reactivem as células de Santiago do Cacém e de Odemira. É necessário que mais militantes venham a participar nas suas células sendo poucos os militantes aqui organizados.

Nas células reactivadas, há mais camaradas a participar e conseguiu-se a publicação de boletins, comunicados, venda especiais do *Avante!* e novos recrutamentos, não deixando ainda de haver dificuldades a ultrapassar.

6.6.3. Célula dos Trabalhadores do Hospital do Litoral Alentejano / Saúde

O Hospital do Litoral Alentejano (HLA) é um dos locais de trabalho onde se concentram mais trabalhadores da região. Desde a IV AORLA, foi possível criar esta célula, onde participam 4 camaradas. É necessário que outros militantes que trabalham no HLA possam ser organizados na célula, aumentando a sua capacidade de intervenção e influência junto dos trabalhadores.

6.6.4. Trabalhadores nos Concelhos

Nos vários concelhos foram definidas empresas e locais de trabalho prioritários para a intervenção do Partido, sendo necessário que nos concelhos se responsabilizem quadros por esta prioridade de trabalho e que se faça o levantamento de militantes que lá trabalham para que se possa constituir células de empresas ou de locais de trabalho.

Em Santiago do Cacém foi responsabilizado um camarada por duas empresas e com a ajuda da organização hoje temos intervenção regular do Partido em duas empresas a Maredeus e a do Grupo Valouro, neste foi possível criar a célula de empresa. Este trabalho precisa de ser feito para mais empresas e locais de trabalho e em mais concelhos.

6.7. Organizações de Freguesia e Locais

Nas organizações de freguesia e locais do Partido estão organizados 1321 militantes, 86,8% da organização regional. Das 35 organizações de freguesia só 11 têm Comissão de Freguesia, as restantes reúnem em plenário.

São muitas as dificuldades de funcionamento, sendo necessário alterar vícios, rotinas e estilos de trabalho para que as organizações não se fechem em si próprias, mas cumpram o seu papel fundamental de ligação à população, reforçar a sua intervenção sobre os problemas concretos com mais acção e iniciativas políticas.

Numa região envelhecida, cuja característica se reflecte também na organização do Partido, a eleição de novos organismos de direcção, as questões de renovação e rejuvenescimento em todos os organismos de direcção de base local têm de constituir a principal prioridade para garantir um funcionamento regular das organizações e cumprir o seu papel fundamental de ligação às populações, de intervenção na vida local, na luta em defesa dos serviços públicos, na intervenção no movimento associativo e popular e nos acompanhamentos dos eleitos nas autarquias e do trabalho autárquico.

6.8. Fundos do Partido

A independência política e ideológica do Partido não pode nunca ser separada da sua independência financeira. Independência financeira essa que tem de ser assegurada a partir das próprias forças e meios do Partido, com base na quotização, nas iniciativas próprias, contribuições de militantes e simpatizantes, dos democratas e progressistas, de modo a garantir o desenvolvimento da acção do PCP ao serviço dos trabalhadores e do povo.

A actual situação financeira do Partido mantém-se insustentável, como foi colocado no XIX e XX Congresso. A situação da Direcção da Organização Regional do Litoral Alentejano não é diferente, pelo contrário, exigindo uma atitude, trabalho e acção diferentes perante as necessidades do Partido.

A nossa independência política e financeira só estará ao nosso alcance reforçando a organização com mais militantes, contactando mais regularmente com os nossos camaradas e amigos e aumentando as contribuições financeiras. O necessário aumento das receitas próprias de cada organização tem de ser acompanhado pela redução e controlo de despesa e pela redução da dependência da Direcção Regional em relação à Caixa Central, de forma a garantir o equilíbrio financeiro sem recurso a receitas extraordinárias.

A actual situação exige que:

- Os organismos olhem para a situação financeira do Partido com a seriedade que a tarefa exige. A criação de um grupo de trabalho regional para aprofundar a discussão e acompanhamento dos fundos foi um passo muito importante, mas os organismos concelhios, de freguesias e empresas têm também de fazer essa discussão e procurar criar e dinamizar estruturas para o acompanhamento das questões financeiras, alargando a responsabilização de quadros para as várias tarefas de fundos, assegurando a sua valorização;
- O valor e cobrança de quotas sejam reforçados. A actual situação não corresponde às necessidades da organização. Na região os militantes a pagar quotas entre Assembleias de Organização Regional foram de 30 a 40%. Este caminho só pode ser alterado, para além do reforço de organização, com mais camaradas responsáveis pela cobrança das quotas, já que 80% das quotizações são recebidas nos Centros de Trabalho e não através de cobradores. Impõe-se aprofundar a responsabilização de mais quadros para alargar a rede de camaradas com a responsabilidade de cobrança de quotas, tendo como referência 1 cobrador por cada 20 militantes; alargar o pagamento da quota por débito directo ou multibanco; além de trabalhar o aumento do valor da quota tendo como referência o 1% do salário ou rendimento mensal;
- As campanhas de fundos em torno de questões ou necessidades concretas sejam preparadas e discutidas antecipadamente, alargando a mais camaradas e amigos a sua participação. Estes são momentos importantes de recolha de fundos, como são exemplo o Dia de Salário e foram a campanha de fundos das Autárquicas e da AORLA;
- Se garantam as contribuições de eleitos e outros representantes do Partido em cargos públicos, assegurando o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados. Sendo que actualmente as contribuições de eleitos

representam 25% do orçamento da DORLA, se criaram métodos de controlo para a contribuição de eleitos com a abertura de contas bancárias para este fim em cada concelho, é necessário que cada organização trabalhe para uma menor dependência destes fundos, que estão dependentes de resultados eleitorais, já que nada dura para sempre e a situação financeira do Partido não pode depender do sucesso ou insucesso de resultados eleitorais;

- As mesas de voto tenham melhor acompanhamento, pois constituem um factor distintivo da participação dos comunistas de não serem beneficiados nem de criarem diferenciação face a outras tarefas;
- Os principais eventos da região sejam potenciados. Estes têm tido uma presença assídua por parte do Partido, não só pela importância da presença política, onde muitas vezes somos os únicos presentes, mas também constituem momentos importantes de recolha de receita;
- Se aprofunde a venda e difusão de *Avante!*, que além de um elemento importante na formação política e ideológica, constitui também uma fonte de receita. É necessário que a par do aumento da venda regular a mais camaradas e amigos, também se potenciem as vendas especiais que devem acontecer pelo menos uma vez por mês em todos os concelhos;
- Se procure a rentabilização dos Centros de Trabalho, discutindo a suas necessidades e potencialidades.

A situação financeira do Partido não deixa dúvidas quanto à importância desta tarefa e do aprofundamento da sua discussão, consciencializando mais camaradas e amigos de que um PCP mais forte é um PCP melhor preparado para defender os interesses dos trabalhadores e do povo.

6.9. Imprensa do Partido

A imprensa do Partido assume como sempre assumiu um papel decisivo no esclarecimento aos membros do Partido à classe operária e a todos os trabalhadores.

Este papel ganha redobrada importância atendendo à brutal ofensiva ideológica lançada pelos centros de decisão do grande capital que procura desinformar e dividir a unidade na acção da classe operária e de todos os trabalhadores, usando todos os meios ao seu dispor.

É no *Avante!*, órgão central do Partido Comunista Português, e no *Militante* que vem informação sobre as propostas, posições, análise e orientações do Partido, a nível nacional ou internacional, contribuição decisiva para a batalha das ideias e para a elevação da consciência política e ideológica da nossa organização e dos trabalhadores, informando também sobre a luta dos trabalhadores e dos povos.

A venda e difusão do *Avante!* em larga escala no seio do Partido e dos trabalhadores é determinante quer para o seu esclarecimento, quer como arma poderosa de mobilização para a luta da classe operária e dos trabalhadores.

É por isso necessário tomar medidas concretas em todas as organizações para que mais militantes passem a ficar regularmente com o *Avante!* e o *Militante*, onde para isso será necessário que sejam responsabilizados mais quadros por esta frente de trabalho e a criação de mais ADE's sempre que necessárias. É preciso que nas organizações se faça o levantamento dos quadros que poderão passar a ficar com a imprensa do Partido, e promover a sua aquisição por parte de novos militantes.

Tem-se feito o esforço também para que o *Avante!* tenha uma presença regular à porta das empresas e locais de trabalho e na rua com vendas regulares (pelo menos uma vez por mês), permitindo que muitas vezes se duplique (ou mais) a venda do *Avante!* nessa semana, demonstrando as potencialidades de venda do *Avante!* junto dos trabalhadores e das populações.

Desde a última AORLA houve uma redução de venda do *Avante!* a partir das Organizações. Esta situação deve-se sobretudo a dificuldades orgânicas, a camaradas com dificuldades financeiras, a camaradas que faleceram, os que o deixaram de adquirir e que fizeram assinatura.

É também importante destacar quadros para que possam ser correspondentes do *Avante!* cá no Litoral Alentejano fazendo a ligação com a região e o *Avante!*.

6.10. Informação e Propaganda

Num quadro de grande ofensiva política e ideológica a todos os níveis e em grande escala por parte do capital detentor dos grupos de comunicação social contra o Partido, contra os trabalhadores e o povo, o trabalho de informação e propaganda é para a organização do Partido uma tarefa de extraordinária importância junto dos trabalhadores e da população, contribui para a formação política e ideológica dos quadros e militantes e é fundamental para divulgar as posições e propostas políticas do Partido.

A propaganda fixa assenta, na região, em 6 *outdoors*, cerca de 100 estruturas de *MUPI*, para além de outros materiais específicos em períodos de campanhas eleitorais.

A organização corresponde no fundamental à colocação da propaganda escrita, assegura a distribuição das matérias das várias campanhas nacionais e alguns documentos e comunicados regionais. A grande dificuldade está na edição de materiais próprios das organizações sobre problemas concretos locais.

Temos a página do Partido na internet a funcionar (www.litoralalentejano.pcp.pt), contudo e apesar das dificuldades do Partido, é o único que assegura de forma regular e consequente uma presença junto dos trabalhadores e das populações da região. Este trabalho recai sobre um número reduzido de camaradas, sendo necessário alterar esta situação, fazendo com que mais camaradas assumam esta tarefa como elo fundamental de ligação aos trabalhadores e população da região.

É necessário dar mais atenção às comunicações electrónicas, sendo necessário organizar, reforçar estruturas, formar quadros, melhorar a estratégia de difusão e articulação central, regional e local, com a intervenção dos comunistas nas redes sociais, para melhorar a coerência na divulgação da acção e orientação do Partido.

6.11. Festa do Avante!

A Festa do *Avante!* é a maior e mais importante iniciativa política e cultural realizada anualmente em Portugal, uma das mais importantes demonstrações da capacidade realizadora do colectivo partidário, a Festa do *Avante!* é a Festa da juventude, é a Festa de Abril e dos seus valores.

Todos os anos erguida e embelezada a pulso, com criatividade e arte por milhares de militantes do Partido, da JCP e amigos, a Festa do *Avante!* constitui a melhor escola do Partido, na transmissão dos valores da solidariedade, fraternidade, democracia e realização colectiva.

A Festa do *Avante!* realiza-se agora num espaço alargado e melhorado, tendo em conta a aquisição da Quinta do Cabo, iniciada em Abril de 2014, a Campanha Nacional de Fundos “Mais Espaço mais Festa. Futuro com Abril” permitiu concretizar esta aquisição, uma campanha exigente em que foi recolhido um montante superior a um milhão e duzentos mil euros, e em que ao nível do Litoral Alentejano foram alcançadas as metas propostas. Adquirida a Quinta do Cabo, foi necessário um grande investimento e trabalho militante para a dotar o novo espaço de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes e integrá-lo de forma harmoniosa no terreno da Festa.

É a capacidade concretizadora dos valores da justiça social, da cultura, da democracia, da fraternidade e da solidariedade com outros povos, que a Festa possui, que a torna muitas vezes na porta de entrada do nosso Partido, permitindo uma aproximação sem preconceitos e o conhecimento do nosso projecto político.

Torna-se então fundamental alargar a participação na Festa como forma de alargar a influência do Partido junto da juventude e de outras camadas da população, tomando medidas em cada organização, designadamente:

- Cuidar, programar e planificar mais e melhor a divulgação e promoção da Festa, quer no que respeita á colocação e distribuição de propaganda, quer na produção de materiais próprios, quer na utilização das redes sociais;
- Apostar fortemente na venda e na aquisição solidária da EP (Entrada Permanente), reforçando as acções de contacto com os membros e amigos do Partido e junto das novas gerações, designadamente nos locais de trabalho, em festas populares e feiras e, especialmente nas praias da nossa região, de modo a superar os números alcançados nos anos anteriores;
- Apostar na organização e divulgação antecipada de excursões para a Festa, aumentar a quantidade de excursões, rentabilizando as mesmas, articulando com os diferentes concelhos da região sempre que necessário e possível, evitando custos/gastos desnecessários.

A preparação da Festa é outro factor fundamental para o seu sucesso. O processo é longo e exigente e inclui numa primeira fase a discussão sobre o conteúdo político-cultural, o projecto e o funcionamento; segue-se o período da implantação, com início no mês de Junho; o funcionamento da Festa durante os 3 dias e por fim a desimplantação. Para a concretização de todas estas fases é determinante atender a aspectos de direcção, definição de responsabilidades, constituição de equipas e grupos de trabalho para as várias tarefas.

Apresentam-se como medidas a ter em conta, as seguintes:

- Continuar a apostar no funcionamento de um grupo de trabalho estável, com funcionamento regular e com responsáveis definidos para cada área, garantindo um responsável por cada Concelho, e por cada área específica dentro das tarefas a assegurar (Fundos, Construção, Higiene e Segurança Alimentar, Abastecimentos, entre outras);
- Continuar a apostar na melhoria da presença da OR do Litoral Alentejano, rentabilizando mais o espaço e os recursos existentes e melhorando a qualidade dos equipamentos de apoio ao visitante;
- Valorizar na presença da Organização a identidade regional, cultural e gastronómica e as políticas do Partido para a região;
- Contribuir para a programação do Palco Alentejo, assegurando a presença das diversas expressões artísticas e culturais da região;
- Reforçar a atenção na área da Higiene e Segurança Alimentar, tanto na fase de concepção e projecto como durante o funcionamento;
- Programar antecipadamente as jornadas de trabalho, alargando a participação, rentabilizando recursos e promovendo o convívio entre os construtores da festa;
- Programar antecipadamente os turnos para assegurar o funcionamento dos espaços e todas as tarefas que lhe são inerentes, de forma a garantir uma maior e melhor participação dos camaradas.
- Envolver mais camaradas e amigos em todo o processo que envolve a participação do Litoral Alentejano na Festa do Avante, sendo fundamental a discussão em todos os organismos do Partido.

A Organização Regional do Litoral Alentejano tem feito um balanço positivo da participação na Festa e tem procurado melhorar a sua presença na Festa e melhorar a sua divulgação e promoção e pretende continuar a contribuir para uma Festa do *Avante!* maior, melhor e com futuro!

6.12. Objectivos e Prioridades

O XX congresso do Partido apontou orientações e prioridades para o reforço do Partido. No quadro das decisões do congresso, o Comité Central a 21 de Janeiro 2018 aprovou uma resolução que aponta prioridades e medidas que importa concretizar de forma global e integrada tendo em conta a realidade da organização, as exigências da situação e seus desenvolvimentos no futuro.

Da resolução constam 10 medidas que a V Assembleia da Organização Regional do Litoral Alentejano assume com determinação e empenho tudo fazer para a sua concretização:

1. Reforço do trabalho de direcção, responsabilização de quadros, formação política e ideológica;
2. A militância e o novo cartão de membro do Partido;
3. O recrutamento e integração de novos militantes;
4. A organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho;
5. As organizações locais;
6. O trabalho com camadas e sectores específicos;
7. A propaganda e a difusão da imprensa do Partido;
8. Os fundos e a independência financeira do Partido;
9. A realização de Assembleias das Organizações Partidárias;
10. A organização e os princípios de funcionamento, base de força do Partido.

No quadro das decisões do Congresso e da Resolução do Comité Central, a V AORLA assume como prioridades dentro das prioridades as seguintes orientações e medidas:

- O reforço do trabalho de direcção, estruturando o Partido e a responsabilização de novos quadros;

- O reforço do trabalho nas empresas e locais de trabalho, reforçando as células existentes, criando novas com destaque para as empresas do complexo industrial e portuário de Sines;
- O reforço das organizações de freguesia e locais e células das autarquias, renovando e rejuvenescendo os organismos de direcção, promovendo novos quadros e atribuindo-lhes responsabilidades com base num levantamento alargado das disponibilidades e das condições políticas e ideológicas;
- O recrutamento de novos militantes para o Partido, particularmente de operários nas empresas e locais de trabalho, de jovens e mulheres;
- O aumento da difusão e venda da imprensa do Partido através da organização ou de outras formas, como as vendas especiais, as bancas mensais regulares ou através de assinatura;
- O reforço da capacidade financeira, destacando as seguintes medidas:
 - Aumentar o valor das quotas e do número de camaradas com as quotas em dia, alargando os camaradas com responsabilidade de cobrança de quotas;
 - Aumentar as contribuições dos eleitos das autarquias e noutros cargos políticos, na base do princípio de não serem beneficiados nem prejudicados;
 - Aumentar as contribuições de militantes, simpatizantes e outros amigos do Partido, nomeadamente através dos camaradas que participam nas mesas de voto;
 - Promover campanhas de fundos regionais para além da campanha do Dia de Salário;
 - Continuar a realizar o Convívio de Verão, as Tasquinhas, a Feira de Agosto, o Aniversário do Partido, o 25 de Abril, as campanhas eleitorais e outras iniciativas como o aniversário do *Avante!*;
 - Rentabilizar os Centros de Trabalho;
 - Melhorar a participação na Festa do Avante, nas suas diferentes fases.
- A realização de Assembleias de Organização, elegendo novos e renovados organismos de direcção;
- A realização de acções de formação política e ideológica.

Num quadro político de grande exigência e de intensa actividade o reforço do Partido e o desenvolvimento da luta de massas são condições indispensáveis para a concretização de uma política alternativa, patriótica e de esquerda que o país e o Alentejo precisam.

Temos pela frente momentos importantes de grande significado político e que vão exigir de nós muita força, determinação e empenho, das quais destacamos as comemorações do centenário da luta pelas 8 horas nos campos do Alentejo, iniciadas em 18 de Novembro de 1918 em Vale de Santiago no concelho de Odemira, os 45 anos do 25 de Abril, os 45 anos do 1º de Maio em Liberdade e o centenário do PCP.

Os comunistas do Litoral Alentejano, reunidos na V AORLA, reafirmam o empenhamento, esforço e determinação de continuar a lutar pela instituição da região administrativa do Alentejo, sem capital capital polinucleada, com os órgãos e serviços regionais, e outros, disseminados por diferentes locais, de forma a contribuir para a diminuição das assimetrias regionais e intervir até de forma activa para a criação da Comunidade Regional do Alentejo, contribuindo assim para que o Litoral Alentejano, os que aqui vivem e trabalham tenham melhores condições de vida e de trabalho.

